



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 3158/2025

Pregão Eletrônico nº 12/2026

Objeto: Trata-se de Parecer Jurídico para análise da legalidade da minuta do edital de pregão eletrônico nº 12/2026 para fins de Aquisição trator agrícola, grade aradora e plaina, através do Convênio “TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS”, conforme Pelo Plano de Ação n. 09032025–075772-2025, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

PARECER

1. Relatório:

O processo em epígrafe foi instaurado no dia 10 de dezembro de 2026, objetivando a contratação do objeto acima descrito, cujo valor é de **RS\$495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais)**.

Nota-se que a minuta do edital de id nº 265196, fundamenta o certame com base na Lei nº 14.133/21, no que couber a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022.

O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- a) Plano De Trabalho Do Convênio (id nº 259408);
- b) Documento De Formalização De Demanda - DFD (id nº 259412);
- c) Estudo Técnico Preliminar – ETP e Mapa Risco – MR (id nº 264880);
- d) Pesquisa de Preço (id nº 259411);
- e) Solicitação de Despesa nº 360/2026 (id nº 259415);
- f) Termo de Referência – TR (id nº 264317);





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- g) Portaria Nomeação da Agente de Contratação (id nº 265195);
- h) Minuta do Edital - Pregão Eletrônico nº 12/2026 (id nº 265196);
- i) Anexo Minuta do Termo de Contrato (id nº 265197);
- j) Despacho nº 114/2026 técnico do Pregoeiro (id nº 265198).

2. Pressuposto Jurídico:

O presente parecer jurídico tem a finalidade de **assessoramento no controle prévio de legalidade**, conforme previsto no art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, não tendo determinação legal que imponha a fiscalização posterior do cumprimento das recomendações feitas por essa Procuradoria.

Destaca-se que um dos pressupostos para a realização de uma licitação, é o pressuposto jurídico, que implica na **necessidade de licitar**, que deve ser realizada com o objetivo de **atender ao interesse público**. A licitação não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um **instrumento necessário para garantir o cumprimento das demandas públicas**.

No caso em questão, trata-se da análise da legalidade do procedimento licitatório destinado a aquisição de material permanente, compreendendo 02 (duas) RECOLHEDORAS DE CAFÉ (colhedeira de semimecanizado), destinados à Secretaria Municipal de Agricultura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Importante ressaltar que, em sua análise, a **Procuradoria não realiza exame de mérito** sobre os argumentos apresentados na justificativa do certame, a não ser que essas justificativas sejam evidentemente incompatíveis com a modalidade de contratação escolhida ou com o objeto licitado. Neste contexto, **não há elementos** que indiquem incompatibilidade entre a escolha da modalidade de **pregão** e os **ativos do processo**.

Após análise da documentação constante no processo, observam-se os seguintes pontos relevantes quanto à **legalidade da minuta do Edital**, da minuta da ata de registro de preço e dos demais



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

documentos que compõem a fase interna da licitação, senão vejamos.

2.1. Peças Técnicas do Processo

No que tange às peças técnicas do processo, destaca-se que a elaboração do ETP, bem como das demais peças técnicas inerentes à contratação, a exemplo do TR, que especifica a modalidade de licitação, o tipo de licitação e os prazos previstos para o certame, estão em conformidade com a legislação aplicável.

Nota-se que no processo prevê a escolha pela **modalidade pregão eletrônico** estando em conformidade com a legislação vigente, sendo esta a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, prevista no inciso XLI, do art. 6º da Lei nº 14.133/21, com prazo de intervalo mínimo de 08 (oito) dias, senão vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Assim, a modalidade escolhida, **pregão eletrônico**, encontra-se adequada e em conformidade com a legislação, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme o disposto no art. 55, I, “a”, da Lei nº 14.133/2021, respeitando o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis para a abertura das propostas.

Com base no Decreto nº 1.449/2022, Lei nº 14.133/2021, IN SEGES nº 58/2022 e IN SEGES/ME nº 81/2022, a Administração Pública deve apresentar na fase de planejamento as peças técnicas inerentes à contratação, quais sejam: **DFD; ETP; MR e TR**.

No presente processo, tais documentos foram juntados nos ids nº 259412 (DFD), 259413 (ETP e Mapa de Risco), e 264317 (TR), em conformidade com as exigências legais.

A análise do **DFD** evidencia o atendimento às disposições do **art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 1.449/2022**, identificando o responsável pela área requisitante, a indicação da data pretendida



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

para conclusão da contratação e o detalhamento da necessidade.

A análise do **ETP** demonstra conformidade com o **art. 14, §1º, do Decreto nº 1.449/2022**, o **art. 18, inciso I, e §1º, da Lei nº 14.133/2021**, bem como o art. 9º da IN SEGES nº 58/2022. Destaca-se que eventual ausência de disposições previstas nestes dispositivos deve ser devidamente justificada, conforme previsto na IN SEGES nº 58/2022.

Quanto ao **TR**, verifica-se conformidade com o **art. 16, §1º, do Decreto nº 1.449/2022**, **art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021**, além do **art. 19 do Decreto nº 1.449/2022** e do **art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, que dispõem sobre as informações necessárias no TR para contratações visando a aquisição de bens e serviços.

Assim, a pesquisa de preços foi realizada em conformidade com o **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, conforme demonstrado no **id nº 259411**.

A Pregoeira no Despacho nº 114/2026 técnico de id nº 265198, solicitou análise e manifestação quanto à minuta do edital e seus anexos, assim verifica-se que essa respeita os parâmetros legais, assim **não há óbice à sua utilização** no presente certame.

No presente caso, em atenção ao **art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021**, quanto à adequação orçamentária, verifica-se que a **Solicitação de Despesa nº 360/2026 (ID nº 259415)** indicam que a dotação orçamentária será formalizada no momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o que está em conformidade com a legislação vigente, não havendo óbice jurídico à continuidade do procedimento.

Assim, a exigência de dotação orçamentária deverá ser observada no momento da formalização do contrato ou da emissão do empenho correspondente, não havendo irregularidade na provisão constante do TR.



Minuta do Termo de Contrato id nº 265197



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

padronizado da Advocacia-Geral da União (AGU), amplamente utilizado na Administração Pública, em consonância com as melhores práticas de gestão pública, conforme orientações dos órgãos de controle externo.

Assim, a responsabilidade pela revisão e validação da minuta recai sobre a **assessoria jurídica e o setor responsável pela formalização de contratos e atas de registro de preço**, conforme previsto na legislação vigente.

Desta forma, a **inclusão da minuta padronizada é juridicamente válida**, e a ausência de assinatura nesta fase **não compromete a legalidade**, por se tratar de **minuta preliminar**, cuja formalização e assinatura ocorrerão apenas após a homologação do certame pela autoridade competente.

2.3. Publicação do Edital

No que concerne à publicação do edital, o **art. 54, caput e §1º, combinado com o art. 94 da Lei nº 14.133/2021**, exige a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital, de seus anexos e do futuro instrumento contratual no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, bem como a publicação do extrato do edital no **Diário Oficial do Estado**, no **Diário Oficial da União**, quando couber, e em **jornal de grande circulação**, conforme regulamentação aplicável.

Dessa forma, na presente contratação, deverá ser observado o **prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis**, contados a partir da divulgação do edital, para apresentação das propostas e lances, quando adotado o critério de julgamento pelo **menor preço por item**, nos termos do **art. 55, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021**.

Ressalta-se, ainda, que o **art. 54, §3º, da Lei nº 14.133/2021** estabelece a obrigatoriedade de disponibilização, no PNCP, **após a homologação do certame**, dos documentos orados na fase preparatória que não tenham sido incorporados ao edital e a seus anexos, assegurando transparência e o controle social do procedimento licitatório.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3. Conclusão

Dessa forma, após análise do processo, conclui-se que o processo administrativo e a minuta do edital encontram-se em conformidade com a legislação vigente, **não há óbice para a continuidade do processo licitatório na modalidade de pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.**

A minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 12/2026 de id nº 265196, bem como o anexo da minuta do Termo de Contrato id nº 265197, apresentam conformidade formal com a legislação vigente, não se identificando vícios que impeçam o regular prosseguimento do certame.

Assim, **não se vislumbra óbice jurídico ao prosseguimento do certame**, ficando a análise da **conveniência e oportunidade administrativa** a cargo da autoridade competente.

É o parecer sujeito a manifestação do superior.

Nova Brasilândia D' Oeste, 24 de março de 2026.

Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira
Sub Procuradora do Município
Portaria nº 12/GP/2025
OAB/RO 11.444

